



Crença no Mundo Justo e os Processos Psicossociológicos do Racismo e Sexismo: Uma Revisão Sistemática

Belief in a Just World and the Psychosociological Processes of Racism and Sexism: A Systematic Review

Creencia en un Mundo Justo y los Procesos Psicossociológicos del Racismo y el Sexismo: Una Revisión Sistemática

Fernanda Cristina de Oliveira Ramalho Diniz ^a, Luiza Lins ^b, José Luis Álvaro Estramiana ^c, Ana Raquel Rosas Torres ^a

^a Universidade Federal da Paraíba - UFPB, João Pessoa, PB, Brasil

^b Universidade do Minho, Braga, Portugal

^c Universidad Complutense de Madrid - UCM, Madrid, Espanha

Resumo

Esta revisão sistemática tem como objetivo analisar artigos empíricos que investigam a relação entre a Crença no Mundo Justo (CMJ) e os processos psicossociológicos do preconceito e da discriminação, especificamente racismo e/ou sexismo. As buscas foram realizadas nas bases de dados LILACS, PePSIC, SciELO, PsycINFO, Scopus e Web of Science, com o uso dos descritores: “*belief in a just world (BJW)*”, “*sexism*”, “*racism*” e “*racial prejudice*”. Seguiu-se o protocolo PRISMA, considerando estudos empíricos publicados entre 2000 e 2024, nos idiomas inglês, português e espanhol, que abordassem a relação da CMJ com esses processos psicossociais. A amostra final foi composta por 32 artigos, analisados por meio do *software* IRAMUTEQ, resultando em cinco classes temáticas: “CMJ e racismo”, “CMJ, violência e sexismo ambivalente”, “CMJ e culpabilização da vítima”, “CMJ ao nível institucional e de intervenção” e “CMJ nas explicações sobre desigualdades e violências”. Os resultados apontam que a CMJ está associada a outras crenças, atitudes e comportamentos, que favorecem a naturalização das desigualdades sociais e a legitimação das injustiças sociais. Observa-se a predominância de estudos experimentais e a persistência de temas como estigmatização, processos de violência, culpabilização e exclusão social, revelando o papel normativo da CMJ na manutenção da ordem social estabelecida.

Palavras-chave: revisão sistemática, crença no mundo justo, racismo, sexismo.

Endereço para correspondência: Fernanda Cristina de Oliveira Ramalho Diniz - nandmes2@gmail.com

Recebido em: 14/05/2024 - Aceito em: 10/07/2025

Editora associada: Sílvia Renata Magalhães Lordello Borba Santos

Financiamento: A pesquisa de revisão sistemática relatada no manuscrito foi financiada pela bolsa de doutorado da primeira autora (CAPES FAPESQ-PB)



Este artigo da revista Estudos e Pesquisas em Psicologia é licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial 3.0 Não Adaptada.

Abstract

This systematic review aims to analyze empirical studies that investigate the relationship between Belief in a Just World (BJW) and the psychosociological processes of prejudice and discrimination, specifically racism and/or sexism. Searches were conducted in the databases LILACS, PePSIC, SciELO, PsycINFO, Scopus, and Web of Science using the descriptors: “belief in a just world (BJW),” “sexism,” “racism,” and “racial prejudice.” The PRISMA protocol was followed, including empirical studies published between 2000 and 2024 in English, Portuguese, and Spanish that addressed the relation between BJW and these psychosociological processes. The final sample consisted of 32 articles, which were analyzed using the IRAMUTEQ software, resulting in five thematic classes: “BJW and racism,” “BJW, violence, and ambivalent sexism,” “BJW and victim blaming,” “BJW at the institutional and intervention level,” and “BJW in explanations of inequality and violence.” The results indicate that BJW is associated with other beliefs, attitudes, and behaviors that contribute to the naturalization of social inequalities and social injustices. A predominance of experimental studies was observed, along with recurring themes such as stigmatization, violence, victim blaming, and social exclusion, highlighting the normative role of BJW in sustaining the established social order.

Keywords: systematic review, belief in a just world, racism, sexism.

Resumen

Esta revisión sistemática tiene como objetivo analizar estudios empíricos que investigan la relación entre la Creencia en un Mundo Justo (CMJ) y los procesos psicosociológicos de prejuicio y discriminación, específicamente el racismo y/o el sexismo. Se realizaron búsquedas en las bases de datos LILACS, PePSIC, SciELO, PsycINFO, Scopus y Web of Science utilizando los descriptores: “belief in a just world (BJW)”, “sexism”, “racism” y “racial prejudice”. Se siguió el protocolo PRISMA, considerando estudios empíricos publicados entre 2000 y 2024, en inglés, portugués y español, que abordaran la relación entre la CMJ y estos procesos psicosociales. La muestra final estuvo compuesta por 32 artículos, analizados mediante el software IRAMUTEQ, lo que dio lugar a cinco clases temáticas: “CMJ y racismo”, “CMJ, violencia y sexismo ambivalente”, “CMJ y culpabilización de la víctima”, “CMJ a nivel institucional y de intervención” y “CMJ en explicaciones sobre desigualdades y violencias”. Los resultados indican que la CMJ está asociada con otras creencias, actitudes y comportamientos que favorecen la naturalización de las desigualdades sociales y la legitimación de las injusticias. Se observa la predominancia de estudios experimentales y la persistencia de temas como estigmatización, violencia, culpabilización y exclusión social, revelando el papel normativo de la CMJ en el mantenimiento del orden social establecido.

Palabras clave: revisión sistemática, creencia en un mundo justo, racismo, sexismo.

Você acredita que o mundo é um lugar justo para se viver? Para todos viverem? Acredita que as pessoas têm aquilo, e somente aquilo, que elas merecem? Ou que “quem boa cama fizer, nela se deitará” e “quem espera sempre alcança”, uma vez que “a justiça da vida pode tardar, mas não falhará”? Tais perguntas foram formuladas com base nos ditados populares brasileiros da escala de Crença no Mundo Justo (CMJ), desenvolvida por Linhares (2021). Em face de tais questões, é possível ter uma noção do que se trata a CMJ e do ponto de partida deste trabalho.

A teoria da CMJ foi desenvolvida por Melvin Lerner (1965), a partir de suas observações como professor em uma faculdade de medicina. Ao notar o modo como médicos tratavam pacientes psiquiátricos e ouvir de um aluno que pessoas pobres eram culpadas por sua situação, Lerner (1980) passou a questionar a lógica simplista que atribui sofrimento a merecimento, investigando como tantas pessoas sustentam a ideia de que indivíduos em condições adversas sofrem porque querem ou merecem.

Classicamente, a CMJ tem sido definida como a “crença de que as pessoas recebem aquilo que elas merecem ou, por outro lado, merecem aquilo que recebem” (Lerner & Simmons, 1966, p. 204). Mas, como as pessoas manteriam essa crença? Os resultados de pesquisas realizadas por Lerner et al. (Lerner, 1965; Lerner & Simmons, 1966; Lerner, 1971), apontaram que, ao se depararem com uma situação que lhes perturba mentalmente, seja um acidente de trânsito ou algum tipo de violência, os indivíduos podem sentir um desconforto profundo que provoca um desequilíbrio cognitivo. Na tentativa de se reequilibrar cognitivamente e reestabelecer a crença na justiça do mundo, tendem a responsabilizar a vítima pelo seu próprio infortúnio. Esse processo é definido como vitimização secundária, que consiste em revitimizar uma pessoa que já foi vítima de um infortúnio anterior (Lerner, 1980).

As formas de revitimização podem ocorrer em níveis racionais ou irracionais, e comportamentais ou morais (Lerner & Simmons, 1966). Inicialmente, julga-se o comportamento da vítima: ela fez algo que justificaria o que lhe ocorreu? Se essa explicação preserva a CMJ, a culpa recai sobre suas ações, como no caso de alguém que se embriaga e sofre violência sexual. Quando isso não é possível, o julgamento assume um viés moral: quem a vítima é justificaria seu sofrimento? Esse tipo de atribuição é comum quando a vítima pertence a grupos discriminados, como mulheres negras (Linhares et al., 2023).

O processo de revitimização leva em conta também características do observador, como o seu grau de adesão à CMJ, a relação que ele possui com a vítima, o tipo de infortúnio vivido por ela, se ela é inocente e se seu sofrimento é persistente e se houve, ou não, a possibilidade de fazer algo para ajudá-la (Correia & Vala, 2003). Sendo assim, em uma situação danosa ou de injustiça, o sujeito tentará reestabelecer a justiça de forma restitutiva, ou seja, compensando a vítima de alguma forma. Caso não seja possível, “buscará”, de modo irracional, uma das quatro formas de vitimização secundária, que se repetem de modo cíclico e vicioso: a negação do sofrimento da vítima, a sua evitação, a desvalorização e a culpabilização (Correia, 2003).

Dito isto, é possível perceber que a vitimização secundária está intrinsecamente relacionada à CMJ, uma vez que emerge como um desdobramento dessa crença. Nesse sentido, opera como um mecanismo de resolução da dissonância cognitiva, atuando na tentativa de restaurar o equilíbrio entre crenças pessoais, entre crenças e comportamentos, ou ainda entre as crenças e a realidade observável. Ao conseguir retomar o equilíbrio entre esses sistemas, possibilita-se o prosseguimento de uma vida “normal”, sem instabilidades ou conflitos cognitivos. Como consequência desse processamento praticamente automatizado de busca de uma estabilidade, tem-se a possibilidade de recorrer ao processo de justificação de um sistema e reincidir na legitimação de suas desigualdades e injustiças (Correia, 2003).

Equitativamente, há outros sistemas de crenças como é o caso do sexismo e do racismo, que possuem o objetivo de manutenção de *status quo* e posição de poder, justificada em uma sociedade desigualmente hierárquica e dividida por grupos. Essa articulação permite uma análise psicossocial que abrange os quatro níveis propostos por Doise (2002): o intraindividual, que envolve os processos cognitivos e motivacionais; o interindividual, que diz respeito às interações sociais; o nível posicional, relacionado às relações intergrupais; e o nível ideológico, que abrange os sistemas de crenças coletivas. Nesse sentido, a CMJ ultrapassa o nível individual e contribui para a legitimação de uma ordem social e ideológica que naturaliza as desigualdades. O sexismo e o racismo, por sua vez, podem ser considerados fenômenos que envolvem atitudes preconceituosas e comportamentos discriminatórios frente a pessoas pelo simples fato delas pertencerem a grupos desvalorizados socialmente (Allport, 1954).

No caso do racismo, as diferenças hierárquicas e de poder estão associadas a uma marca física, como a cor da pele, em que há um processo de estereotipia, de naturalização e leva a uma exclusão e/ou invisibilização social, institucional e cultural (Lima & Vala, 2004). Um processo que envolve discriminação racial e CMJ pode ser constatado, por exemplo, numa situação de violência policial contra um homem negro. Nela, o observador pode aferir que isso aconteceu porque o homem faz parte de um grupo que possui comportamentos suspeitos e, se a polícia reagiu de forma violenta, foi porque ele realmente fez algo e mereceu (Costa-Silva et al., 2018).

Já o sexismo, composto por duas dimensões complementares, a benevolente e a hostil, possui como grupo alvo as mulheres, buscando manter a dominação masculina e a desigualdade entre os gêneros (Connor et al., 2017; Glick & Fiske, 2001). O sexismo hostil e o sexismo benevolente irão atuar de formas distintas, por meio de comportamentos ora explícitos e diretos, ora de modo mais sutil, respectivamente. Por exemplo, em casos de violência conjugal, uma pessoa com altos níveis de sexismo e CMJ pode defender que a justiça não deve intervir, o que legitima a discriminação e a violência de gênero (Paiva & Pereira, 2021).

Além disso, nas últimas décadas, estudos nacionais e internacionais vêm fazendo uso dessa teoria como variável central para investigar diferentes aspectos da experiência subjetiva e social, incluindo qualidade de vida, bem-estar e saúde mental (Dzuka & Dalbert, 2002), situações de *bullying* e *cyberbullying* (Donat et al., 2023), percepção de apoio social entre vítimas (Cherniawsky & Morrison, 2022), efeitos da corrupção (Gabriel & Modesto, 2022) e estresse ocupacional (Otto & Schmidt, 2007). A CMJ também tem sido aplicada para compreender os julgamentos de vítimas e das consequências da vitimização secundária (Alves & Correia, 2008; Correia et al., 2018), em articulação com referenciais como o Sexismo

Ambivalente (Glick & Fiske, 2001) e a Teoria da Justificação do Sistema (Jost & Van der Toorn, 2012), o que favorece uma abordagem psicossocial multidimensional (Doise, 2002).

Considerando esse panorama contemporâneo, seu potencial analítico para compreender comportamentos e consequências sociais, esta revisão parte do trabalho de Furnham (2003), que realizou um levantamento abrangente sobre os avanços teóricos e metodológicos da CMJ até o final do século XX. Seu objetivo era mapear as formas de mensuração da crença, suas relações com fatores culturais, sociodemográficos e com processos de violência e vitimização.

Diante da ausência de revisões atualizadas nas últimas duas décadas, justifica-se a presente revisão sistemática, cujo objetivo é analisar artigos empíricos que investigam a relação entre a CMJ e os processos psicossociológicos do preconceito e da discriminação, especificamente racismo e/ou sexismo. Além disso, busca comparar os avanços teóricos e empíricos sobre a CMJ no século XXI com aqueles identificados por Furnham (2003) na última década do século XX, permitindo, assim, observar a evolução das abordagens, dos métodos e das articulações desse construto com os fenômenos sociais contemporâneos.

Método

Esta revisão sistemática da literatura científica, com abordagem exploratória, parte da pergunta: “como a Crença no Mundo Justo (CMJ) tem sido relacionada com o preconceito e a discriminação, especificamente o racismo e/ou com o sexismo?”. A revisão foi conduzida nas bases de dados: Lilacs (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia) e SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), que indexam periódicos científicos do Brasil, da América Latina e Caribe, abarcando múltiplas áreas de conhecimento, como a Psicologia, Ciências Sociais e Ciências da Saúde.

Também foram utilizadas as bases *PsycINFO*, *SCOPUS* (iniciativa da editora *Elsevier*) e *Web of Science* (mantida pela *Clarivate Analytics*), consideradas as bases de maior relevância internacional das áreas de Psicologia e correlatas, ao contemplar pesquisas geridas pela *American Psychological Association* (APA) e fornecer acesso a ferramentas métricas para análise dos artigos, como o *Journal Citation Report* (JCR).

Procedimentos

Em resposta ao problema de pesquisa, foi construída a seguinte *String*, com o uso dos operadores booleanos, de modo padronizado, em inglês e ampla o suficiente para apreender o

fenômeno de interesse: “*belief in a just world (BJW) AND sexism AND racism AND racial prejudice*”. Vale ressaltar que, ao realizar essa busca, foram testadas as traduções dessa mesma *string* para o espanhol e o português, entretanto, a versão em inglês foi a que reuniu um maior número de artigos. A busca foi realizada em todos os índices das bases, em maio de 2024 e de acordo com o método referencial para a realização de revisões sistemáticas, o *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* – PRISMA (Page et al., 2021), que consiste em uma recomendação de como realizar uma revisão sistemática (a partir de um *checklist*), a fim de evitar enviesamento e possibilitar a replicabilidade do estudo.

Foram encontrados: 67 trabalhos na Lilacs, um na *SciELO*, dois na *PePSIC*, 68 na *PsycINFO*, 155 na *SCOPUS* e 40 na *Web of Science*, totalizando 333 produções. Dessas, 82 estavam duplicadas entre as bases de dados, permanecendo 251 referências potencialmente relevantes para análise, seguindo os critérios de inclusão e exclusão. A triagem foi realizada em duas etapas, inicialmente pelos títulos e, em seguida, pelos resumos, conforme os critérios do protocolo PRISMA. Essa etapa foi conduzida por duas juízas, com base nos seguintes critérios de inclusão: a) ser um artigo que utiliza o constructo da CMJ; b) ter relação com o preconceito e a discriminação, especificamente, com o racismo e/ou com o sexismo; e c) ter sido publicado a partir dos anos 2000, uma vez que essa revisão sistemática busca comparar o avanço da CMJ no século XXI com o que foi observado por Furnham (2003) na última década do século XX.

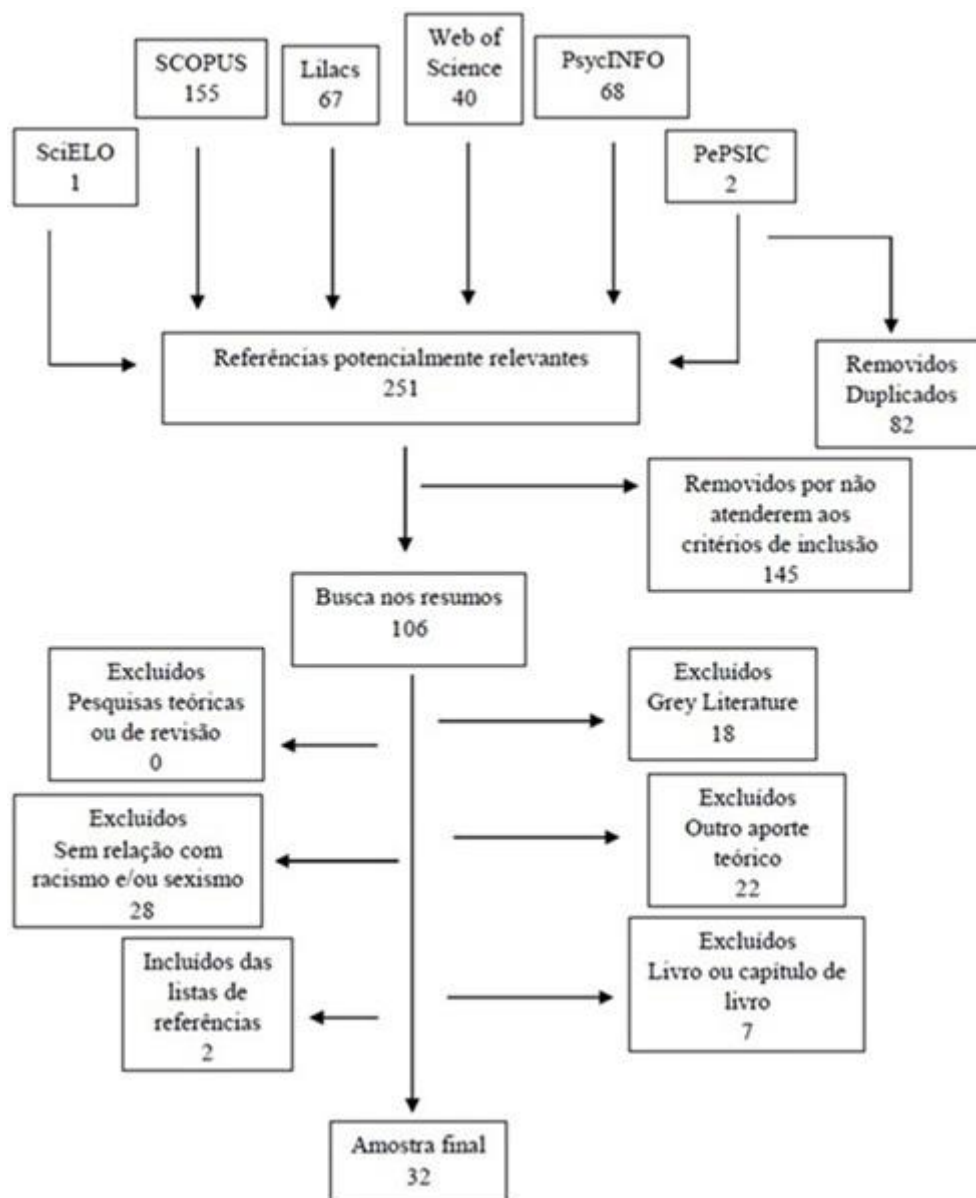
Ao considerar tais critérios, foram retiradas 145 referências, restando 106 trabalhos para terem seus resumos avaliados e passarem pelo crivo dos critérios de exclusão. Nessa etapa, foram retirados 76 trabalhos com base nos seguintes critérios: a) resumos de produções científicas não veiculadas nos meios usuais de publicação, como teses e dissertações (*grey literature*); b) trabalhos publicados como livro ou capítulo de livro; c) que não utilizassem a CMJ enquanto aporte teórico (entretanto, podia-se utilizar outro aporte teórico em conjunto com a CMJ); d) pesquisas teóricas ou de revisão de literatura; e e) que não enfatizavam em suas análises a relação com o preconceito e a discriminação, especificamente com o racismo e/ou com o sexismo. Nesse momento, participaram da avaliação as duas juízas e uma terceira para casos de divergência, em que fossem necessários desempates.

Por último, realizou-se uma busca manual nas listas de referências dos 30 artigos previamente selecionados. Esses estudos encontrados foram submetidos à mesma triagem e aos critérios de inclusão e exclusão adotados na etapa anterior, avaliando título, resumo e, quando necessário, o texto completo. Dessa busca manual, foram adicionados dois artigos, não recuperados na busca inicial, mas que atendiam aos critérios e ao problema de pesquisa desta revisão, sendo, portanto, incluídos na amostra final. Na Figura 1, observa-se a estratégia de

busca empregada, descrevendo todo o processo de inclusão e exclusão dos trabalhos, até a composição da amostra final, que totalizou 32 artigos.

Figura 1

Fluxograma da Estratégia de busca e processo de seleção dos artigos.



Análise dos Dados

Os resumos desses 32 artigos foram analisados com apoio do *software* IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), que possibilita a realização de análises estatísticas sobre dados textuais (Camargo & Justo, 2018).

Dito isso, ele não necessita de extração prévia de variáveis temáticas, pois os padrões emergem estatisticamente da análise do vocabulário textual. Esse *corpus* foi analisado a partir da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), que executa sucessivas repartições, gerando segmentos de texto (ST) de acordo com os respectivos vocabulários e distribuídos em *clusters* ou classes lexicais seguindo uma lógica de coocorrência e, conseqüentemente, semelhanças e distanciamentos, por meio do cálculo do teste do qui-quadrado (χ^2).

Além da CHD, também foi utilizada a Análise de Similitude, a fim de visualizar o conteúdo principal dos resumos de uma forma mais robusta. Essa análise possibilita uma observação geral dos assuntos mais discutidos, bem como as relações existentes entre as palavras que estão em destaque na árvore máxima, baseada na teoria dos grafos e, conseqüentemente, na coocorrência das palavras. Dessa forma, é possível compreender o modo como o discurso se estrutura e se conecta ao longo das relações existentes entre as palavras do material textual em análise (Camargo & Justo, 2018; Sousa, 2021). Cabe destacar, como limitação, a ausência de uma análise formal do risco de viés dos estudos incluídos, uma vez que a metodologia adotada priorizou uma abordagem lexical exploratória.

Resultados e Discussão

Considerando que a amostra deste trabalho foi composta por outros artigos científicos, foi realizado um processo descritivo, denominado cientometria (Rufino et al., 2019), que se refere ao procedimento de caracterização dos dados da produção científica selecionada, possibilitando uma maior visibilidade de seus indicadores. Aqui, foram analisados dados como ano, língua em que o artigo foi publicado, o país da universidade a qual se vincula e o sexo do primeiro autor. Assim, tem-se que: dos 32 artigos, 27 foram da área da psicologia e os outros cinco provenientes das áreas de ciências sociais, saúde e educação. Os estudos selecionados, publicados entre 2000 e 2024, apresentam crescimento contínuo do interesse acadêmico a partir de 2012, com picos de concentração em 2017, 2018 e 2022.

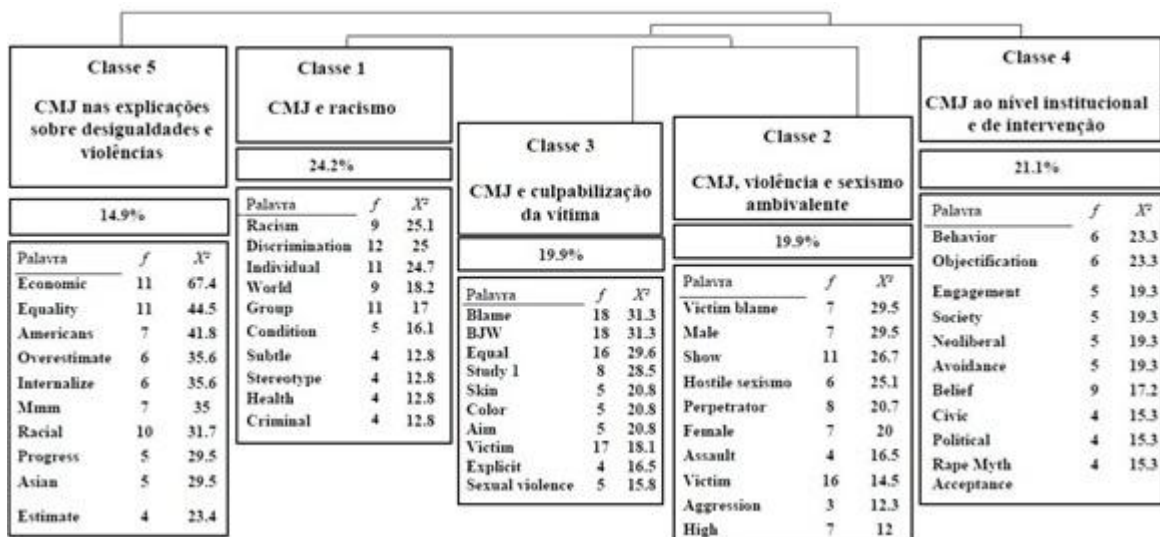
Em relação ao país a qual se vincula, isto é, seu contexto de produção, a maioria foi desenvolvida e publicada na América do Norte (14 artigos) e Europa (10 artigos). Na América Latina, o Brasil está entre os principais investigadores da temática, pois foi um dos que mais contribuiu com publicações no geral (cinco artigos). Quanto ao idioma em que foi publicado, a maioria foi escrita na língua inglesa e apenas um em espanhol. Já no que se refere ao sexo do primeiro autor, temos, majoritariamente, autoras mulheres investigando sobre a temática da CMJ, sendo 25 dentre os 32 artigos da amostra final (78,1%).

A partir desses apontamentos, podemos refletir sobre como e quem está pesquisando sobre a CMJ relacionada com o preconceito e a discriminação, especificamente, com os processos psicossociológicos do racismo e/ou sexismo. E, conseqüentemente, a quais caminhos, científico e social, estão sendo levados esses resultados, bem como as discussões a eles associadas. Dessa forma, os dados de caracterização da produção científica não apenas revelam tendências metodológicas e epistemológicas, como também indicam quais vozes e contextos estão mais presentes e, conseqüentemente, quais estão sub-representados, no debate sobre a CMJ e sua relação com preconceito e discriminação em cada realidade sociocultural.

No que se refere à análise dos resumos, a CHD reteve 161 segmentos de texto do total dos 203 do *Corpus* (79,3%), que se dividiram e se reorganizaram em cinco Classes lexicais. Em uma partição inicial, foi formado dois *subcorpora*, separando a Classe 5 das demais. Em uma segunda partição, o *subcorpora* maior foi dividido e originou a Classe 4, que permaneceu sozinha. A partir de uma nova partição, origina-se a Classe 1. Por fim, a última partição aglutinou as Classes 2 e 3. É possível verificar a descrição e a relação de agrupamento/distanciamento entre essas Classes no dendrograma apresentado na Figura 2, bem como a frequência e os valores de qui-quadrado (χ^2) associados a cada palavra.

Figura 2

Dendrograma da CHD com os resumos dos artigos.



A Classe 5, “CMJ nas explicações sobre desigualdades e violências”, que primeiro se separou, representa 14,9% do *corpus*. Essa Classe traz segmentos de texto referentes aos

resumos dos artigos que utilizam a CMJ como teoria para embasar explicações sobre problemas relacionados à violência do racismo (e.g. *anti-black*) e à violência de gênero (e.g. violência sexual e desigualdade no ambiente de trabalho), compartilhados por todos os países, estando presente em maior ou menor grau. Como pode ser visto em: *“Uma percepção profundamente equivocada e um otimismo infundado em relação à igualdade econômica baseada em raça na sociedade [...] provavelmente têm diversas implicações importantes para a formulação de políticas públicas”* (tradução livre dos autores, Kraus et al., 2017) e *“apesar de alguns resultados positivos das campanhas contra a violência sexual, o estupro continua sendo generalizado em muitos países”* (tradução livre dos autores, Balezina, & Zakharova, 2023).

Nesse último caso, as autoras Balezina e Zakharova (2023) argumentam que há uma relação entre a violência sexual em si e o que outras pessoas acreditam sobre essa situação, sobre a vítima e sobre o violador. De forma geral, essas crenças erradas compõem os mitos da violação e tais mitos promovem uma maior tendência de culpabilização dos comportamentos da vítima e, conseqüentemente, a sua deslegitimação (Grubb & Turner, 2012). Associada à ideologia sexista e a visão tradicional dos papéis de gênero em que há uma diferença no julgamento de uma mulher e de um homem, encontra-se o reforço proporcionado pela CMJ. Desse modo, ao perceber a vítima como culpada por seu infortúnio, sendo ela merecedora dele, a ordem tradicional e a percepção de mundo como lugar justo são mantidas e fortalecidas.

A próxima Classe a se repartir e permanecer sozinha foi a Classe 4, denominada “CMJ ao nível institucional e de intervenção”, sendo a segunda mais representativa, que ocupa 21,1% do *corpus*. Aqui, estão presente estudos mais relacionados ao nível social (Doise, 2002), uma vez que pesquisam sobre comportamentos ao nível de instituições, políticas e sistemas ideológicos, bem como a relação que esses mantêm com as crenças, como visto em: *“Representa um grupo de mulheres atitudinalmente único, caracterizado por suas crenças neoliberais que priorizam o mérito individual como o único determinante do sucesso. Duas amostras de mulheres universitárias relataram sua identidade feminista, bem como suas atitudes políticas e sexistas.”* (tradução livre dos autores, Fitz et al., 2012).

Alguns resumos que compõem essa Classe relatam a possibilidade de intervenção dentro das escolas e ao nível institucional, cívico e político, demonstrando a relevância de se mediar questões sociais de forma grupal, não somente de modo individual, a exemplo de: *“A educação cívica pode fortalecer a associação entre a discriminação institucional percebida e o engajamento cívico, [...] nosso entendimento de como o reconhecimento da desigualdade sistêmica promove o engajamento cívico entre jovens negros”* (tradução livre dos autores, Hope, & Jagers, 2014). Além da potencialidade desse tipo de intervenção ser maior, permite

observar a relação entre a CMJ e os construtos sociais, como é o caso da teoria da justificação do sistema (Jost & Van der Toorn, 2012) e a vitimização secundária (Lerner, 1965), em que ambas buscam o (re)equilíbrio cognitivo, não importando as consequências para alcançá-lo.

Na seguinte partição, formou-se a Classe 1, “CMJ e racismo”, compondo a maior representação do *corpus* (24,2%). Ela abarca questões relacionadas, sobretudo, com o racismo e a discriminação decorrente do preconceito racial, bem como relativas aos seus processos subjacentes, como os estereótipos raciais: “*este estudo está entre os primeiros a explorar as motivações associadas ao endosso de estereótipos racistas em relação às percepções de um mundo justo*” (tradução livre dos autores, Litam et al., 2022). Essa Classe relata os possíveis impactos da discriminação na saúde das pessoas que a sofrem, o quanto esse comportamento é ofensivo e se configura enquanto crime, bem como a relação de manutenção da hierarquização racial construída socialmente e gerida por crenças como a CMJ: “*Negros que acreditam que o mundo é um lugar justo, onde recebem o que merecem, podem estar em um risco particularmente maior para as consequências negativas à saúde decorrentes da discriminação, com implicações teóricas e clínicas*” (tradução livre dos autores, Hagiwara et al., 2015).

Essa Classe nos permite a visualização da relação intrínseca que a CMJ possui com os processos de categorização, identidade social e relações intergrupais, uma vez que ela vai agir de acordo não somente com a situação existente em dado momento, mas também a partir da percepção de quem são as pessoas que nela estão envolvidas (Correia, 2003). É possível observar essa relação no resultado do seguinte artigo, que retrata como a CMJ acentua a discriminação racial em um cenário de violência policial: “*O pagamento de indenização pela polícia ao infrator adolescente quando crimes são cometidos por adolescentes brancos, altos níveis de adesão à crença no mundo justo acentuam a discriminação racial*” (tradução livre dos autores, Costa-Silva et al., 2018). De forma direta ou indiretamente, a CMJ influencia na legitimação de violências contra pessoas que fazem parte de determinados grupos sociais, na orientação à dominância social de grupos já majoritários e na justificação do sistema.

Em uma última partição do *subcorpora*, a Classe 2, denominada “CMJ, violência e sexismo ambivalente”, compõe 19,9% do *corpus*. O cerne dessa Classe está na forte relação que a CMJ possui com a culpabilização da vítima, especialmente diante de situações de violência de gênero. Nessa lógica, a fim de manter o equilíbrio cognitivo, a ordem social tida como natural e a crença de que o mundo é realmente um lugar justo, a pessoa vítima de um infortúnio anterior será novamente vitimizada por tê-lo vivenciado. A exemplo de quando há uma forte adesão a determinados valores morais e sistemas de crenças mais tradicionais e conservadores, que buscam manter a ordem social que lhe convém. Nesse caso, geralmente é a

naturalização das diferenças socialmente impostas entre os gêneros, em que impera o binarismo e diferença no lugar social para o homem e para a mulher (Glick & Fiske, 2001).

Dito isto, a existência desse conservadorismo e sexismo ambivalente em uma situação de violência na sociedade, ao relacionar-se com a CMJ, costumam levar a um maior nível de vitimização secundária, como observado no seguinte estudo em um cenário de violência sexual: *“Como um processamento de informação no qual alta adesão a esses valores produziria maior vitimização secundária, independentemente do pertencimento grupal da vítima”* (tradução livre dos autores, Albuquerque et al., 2019). Essa lógica de receber exatamente aquilo que se merece e de “ter feito por onde” está na definição clássica de CMJ dada por Lerner (1965; 1980), sendo a culpabilização da vítima apenas uma das formas de derogá-la (Correia, 2003).

De acordo com a pesquisa realizada por Furnham (2003) e como demonstrado por essa Classe, a pesquisa em CMJ faz uso de cenários de violência, que geralmente se dá contra a mulher e se trata de violência sexual. Dessa forma, a CMJ interage com a teoria do sexismo ambivalente, já que a adesão que os sujeitos vão ter com ambos os construtos irá influenciar no seu posicionamento no sentido de culpabilizar a vítima. Como pode ser observado no resumo do seguinte artigo, que aborda como o nível de sexismo ambivalente juntamente com a adesão à CMJ e o grau de empatia dos participantes da pesquisa irão predizer suas atitudes em relação às vítimas de estupro: *“As análises correlacionais mostraram que, tanto para participantes do sexo masculino quanto feminino, o sexismo benevolente e hostil, assim como a crença em um mundo justo, previam atitudes menos positivas em relação às vítimas de estupro, enquanto a empatia previu atitudes mais positivas”* (tradução livre dos autores, Sakallı-Uğurlu et al., 2007).

Compartilhando desse mesmo *subcorpora* e porcentagem representativa do *corpus* (19,9%), tem-se a Classe 3, que foi denominada “CMJ na culpabilização da vítima”. De modo geral, essa Classe se aproxima da Classe 2, pois também reúne resumos que trazem resultados e discussões sobre a culpabilização da vítima. Entretanto, a ênfase dada nesta Classe se volta ao fato de a vítima pertencer ou não a determinado grupo (em função do viés racial, por exemplo) e sofrer uma revitimização, em maior ou menor nível, de acordo com esse fator. Como é possível observar no trecho: *“Foi verificado que a categoria social da vítima interfere na relação entre a CMJ e a culpabilização da vítima; quando a CMJ explícita ou implícita explicava a culpabilização, esse efeito estava restrito à avaliação de uma vítima do próprio grupo”* (tradução livre dos autores, Modesto, & Pilati, 2017).

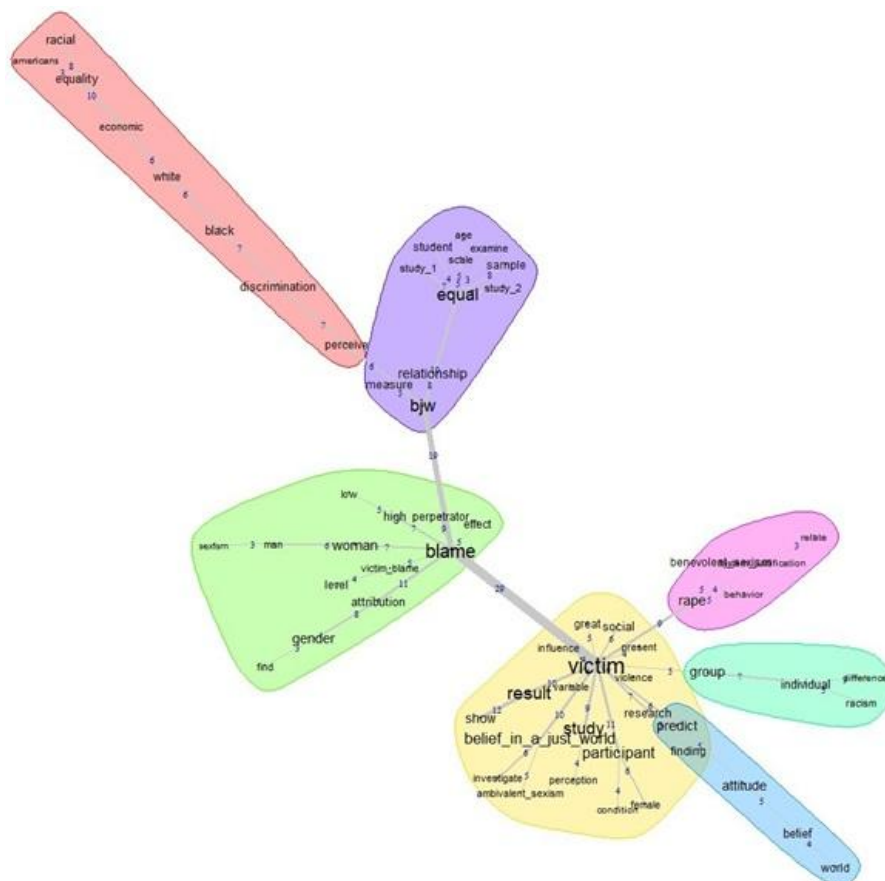
Cabe considerar também que não somente a pertença grupal da vítima em questão vai influenciar nesse processo de revitimização, mas também a pertença do observador que estará julgando, como no trabalho: *“Abordamos este problema propondo que a cor da pele da vítima*

e o sexo dos observadores influenciarão a culpabilização de uma mulher pela violência que ela sofreu, assim como a CMJ será responsável por predizer uma maior culpabilização da vítima” (tradução livre dos autores, Linhares et al., 2023). A categorização social e a pertença social, tanto da vítima quanto do observador, quando em interação, podem ter um maior poder explicativo para os níveis de ativação da CMJ e de culpabilização, sendo possível observar também os fatores latentes que influem nas relações intergrupais (Albuquerque et al., 2019; Linhares et al., 2023). A exemplo do trecho: “A vítima do endogrupo foi mais culpabilizada pela violência sexual que sofreu; por sua vez, essa relação foi moderada por valores de ligação e pela CMJ” (tradução livre dos autores, Albuquerque et al., 2019).

Além da CHD, também optou-se pelo uso da análise de similitude a fim de gerar uma melhor visualização do conteúdo, pois a ilustração gráfica se constrói a partir dos elementos centrais e organizadores que se conectam aos demais. A partir da árvore máxima (Figura 3), foi possível observar que os elementos principais e com as maiores frequências foram a culpabilização da vítima e a CMJ, construtos fortemente associados nas pesquisas dessa área.

Figura 3

Árvore Máxima da Análise de Similitude com o conteúdo dos resumos dos artigos.



Em menor frequência, tem-se a vinculação dessas pesquisas com os estudos sobre gênero, estupro, sexismo e racismo, bem como a explicação da capacidade que a CMJ possui em prever atitudes e comportamentos favoráveis, variando de acordo com o grau de adesão a ela, a situações de violência e desigualdade social. Outro fato que essa coocorrência demonstra é a de que a busca realizada nas bases científicas ocorreu de modo a cumprir o objetivo deste trabalho, pois contemplou artigos que tratam precisamente da temática de interesse.

Observou-se em ambas as análises (CHD e análise de similitude) a relação que a CMJ possui com outras teorias, como Sexismo Ambivalente (Glick & Fiske, 2001) e a Justificação do Sistema (Jost & Van der Toorn, 2012), para analisar a realidade social a partir de diferentes níveis de análise, não somente a nível ideológico, mas podendo relacioná-la com o intraindividual, interindividual e intergrupar. Tal articulação permite um entendimento mais aguçado dos problemas sociais de interesse da pesquisa em psicologia social (Doise, 2002).

Entre os artigos que compuseram a amostra desta revisão, observou-se que a CMJ tem sido empregada como variável central em estudos que abordam diferentes aspectos da experiência subjetiva e social dos indivíduos. Especificamente, ela foi relacionada à qualidade de vida, bem-estar subjetivo e saúde mental (Dzuka & Dalbert, 2002); ao envolvimento em situações de *bullying* e *cyberbullying* (Donat et al., 2023); e à mediação entre fatores estressores e percepção de apoio social entre vítimas (Cherniawsky & Morrison, 2022). Também foi analisada como um possível recurso cognitivo de compensação diante de estressores sociais, como os efeitos psicológicos da corrupção (Gabriel & Modesto, 2022), e em contextos de estresse ocupacional e bem-estar no trabalho (Otto & Schmidt, 2007). Além disso, a CMJ tem sido explorada em pesquisas que investigam os julgamentos dirigidos a vítimas de violência e suas implicações na vitimização secundária (Alves & Correia, 2008; Correia et al., 2018). Assim, a análise sistemática dos objetivos, métodos e resultados dos artigos evidenciou os diversos contextos em que a CMJ tem sido utilizada como construto explicativo.

Ademais, tem-se que a pesquisa em CMJ, geralmente, utiliza-se de cenários experimentais em que há uma manipulação e consideração da pertença grupal de gênero e racial tanto da vítima da história contada, como também da pessoa que responde a pesquisa (Albuquerque et al., 2019). Isso ocorre de modo que a percepção dessa categorização vai influir na atribuição de culpa ou outra forma de revitimização. Além disso, fatores individuais, como níveis pessoais de sexismo e racismo, também interferem na forma como esse julgamento é construído, contribuindo para a restauração do equilíbrio cognitivo diante de situações percebidas como injustas. Dessa forma, a ideologia meritocrática e a justificação do sistema

contribuem para legitimar injustiças, sustentadas pela crença de que o mundo é justo e que cada pessoa recebe exatamente o que merece (Lerner, 1980).

Considerações Finais

Esta revisão sistemática analisou artigos empíricos que investigam a relação entre a CMJ e os processos psicossociológicos do preconceito e da discriminação, especificamente racismo e/ou sexismo. Justifica-se a sua realização a partir da existência de uma revisão anterior realizada por Furnham, em 2003, que analisou como e o que estava sendo investigado com base na CMJ durante o final do século XX, desde a sua proposição por Lerner em 1965. Desse modo, procuramos saber como e o que estava sendo investigado, e quais foram os usos e avanços relacionados a utilização da CMJ durante as primeiras décadas do século XXI.

Em consonância com os resultados de Furnham (2003), observou-se que a CMJ segue sendo utilizada de modo correlacionado aos problemas sociais, como violência e exclusão social, e de modo a mensurar questões mais voltadas ao nível psicológico e individual, como o bem-estar do sujeito e enfrentamento de adversidades em ambientes ou frente a situações estressoras. Os resultados demonstram que quando os artigos investigam temas psicossociais, como o racismo, racismo ambiental e a desigualdade salarial, nota-se o impacto que a CMJ possui na reverberação do racismo sofrido por pessoas negras. Consequentemente, o racismo leva a processos de adoecimento mental e a manutenção de desigualdades econômicas. O que corrobora com um dos principais usos e consequências da CMJ: os processos de vitimização secundária que podem levar a conservação e legitimação de injustiças sociais.

O segundo cenário que se mantém nas investigações relacionadas à CMJ refere-se ao de culpabilização da vítima, principalmente àquela de violência sexual. Essa revitimização é um dos quatro mecanismos já discutidos na literatura anteriormente. Aqui, questiona-se a possibilidade de surgir novos métodos de vitimização secundária, uma vez que, quando grupos minoritários avançam em suas estratégias de defesa e fortalecimento de direitos a fim de alcançar a equidade, uma réplica conservadora tende a surgir a fim de manter seus privilégios.

Apresentou-se enquanto novidade o uso de novas variáveis dependentes, como o sexismo ambivalente, comumente utilizada em investigações com cenários de violência sexual contra a mulher e culpabilização da vítima. A sua medição ocorre por meio da escala de sexismo ambivalente (Glick & Fiske, 2001), em correlação com a escala de CMJ. Essa última, apresentou desenvolvimento teórico-metodológico com a investigação de Linhares (2021), com

a construção de uma nova escala de CMJ a partir do uso de ditados populares, bem como sua correlação com processos de vitimização secundária e preconceito contra grupos minoritários.

Portanto, percebe-se a existência de um potencial teórico e analítico para observar os problemas psicossociais, como é o caso do racismo e do sexismo por exemplo, proporcionado pela CMJ. Por ser um sistema de crenças com capacidade de relacionar-se com outros, como a justificção do sistema, flutua entre os diferentes níveis de análise e exerce influência sobre eles. Isto é, ao mesmo tempo que a CMJ recorre a uma legitimação da violência sofrida por um indivíduo, ela promove uma naturalização dessa violência a um nível grupal e ideológico, uma vez que os grupos de pessoas são diferenciados de acordo com poder e *status quo*. Logo, a CMJ atua na naturalização e manutenção das desigualdades e injustiças sociais.

Esta revisão também apresenta limitações, como a escolha das bases de dados e os idiomas contemplados na busca, embora sejam opções metodológicas necessárias à realização de uma revisão sistemática, tais restrições implicam na eventual desconsideração de estudos publicados em periódicos não indexados nestas bases ou em outros idiomas, que também poderiam favorecer as discussões apresentadas neste artigo. Como sugestão, estudos futuros podem ampliar o alcance da busca. Apesar de ser utilizada como fator moderador quando relacionada a outras variáveis, a fim de explicar um processo discriminatório, ela necessita ser mais explorada em futuros trabalhos. Uma vez que quanto maior o entendimento científico sobre um problema social, maiores serão as possibilidades de intervenção. Inclusive, trabalhos como esses podem atuar na construção de um mundo que seja, realmente, um lugar mais justo.

Referências

- Albuquerque, I. M., Torres, A. R. R., Estramiana, J. L. A., & Luque, A. G. (2019). Influence of group membership, moral values and belief in a just world in blaming the victim. *Trends in Psychology*, 27, 1039-1054. <https://doi.org/10.9788/TP2019.4-15>
- Allport, G. W. (1954). *The nature of prejudice* (3a. ed.). Addison-Wesley.
- Alves, H., & Correia, I. (2008). On the normativity of expressing the belief in a just world: Empirical evidence. *Social Justice Research*, 21(1), 106-118. <https://doi.org/10.1007/s11211-007-0060-x>
- Balezina, M., & Zakharova, S. (2023). Measuring attitudes towards rape in Russia: Translation and validation of the illinois rape myths acceptance scale. *Current Psychology*, 43, 4611-4621. <https://doi.org/10.1007/s12144-023-04666-2>

- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2018). *Tutorial para uso do software IRaMuTeQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires)*. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Cherniawsky, S., & Morrison, M. (2022). “You should have known better”: The social ramifications of victimization-focused sexual assault prevention tips. *Journal of Interpersonal Violence*, 37(1-2), NP125-NP146. <https://doi.org/10.1177/0886260520913650>
- Connor, R. A., Glick, P., & Fiske, S. T. (2017). Ambivalent sexism in the twenty-first century. In C. Sibley, & F. K. Barlow (Eds.), *The Cambridge handbook of the psychology of prejudice* (pp. 295-320). Cambridge University Press.
- Correia, I. F. (2003). *Concertos e desconcertos na procura de um mundo concertado: Crença no mundo justo, inocência da vítima e a vitimização secundária* (Tese de Doutorado). ISCTE-IUL, Lisboa.
- Correia, I. F., Pereira, C. R., & Vala, J. (2018). Under victimization by an outgroup: Belief in a just world, national identification, and ingroup blame. *Frontiers in Psychology*, 9, 1160. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2018.01160>
- Correia, I., & Vala, J. (2003). Crença no mundo justo e vitimização secundária: O papel moderador da inocência da vítima e da persistência do sofrimento. *Análise Psicológica*, 21(3), 341-352. <https://doi.org/10.14417/ap.15>
- Costa-Silva, K., Torres, A. R. R., Estramiana, J. L. Á., Luque, A. G., & Linhares, L. V. (2018). Racial discrimination and belief in a just world: police violence against teenagers in Brazil. *Journal of Experimental Social Psychology*, 74, 317-327. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2017.10.009>
- Doise, W. (2002). Da psicologia social à psicologia societal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18, 027-035. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722002000100004>
- Donat, M., Willisich, A., & Wolgast, A. (2023). Cyber-bullying among university students: Concurrent relations to belief in a just world and to empathy. *Current Psychology*, 42, 7883-7896. <https://doi.org/10.1007/s12144-022-03239-z>
- Dzuka, J., & Dalbert, C. (2002). Mental health and personality of Slovak unemployed adolescents: The impact of belief in a just world. *Journal of Applied Social Psychology*, 32(4), 732-757. <https://doi.org/10.1111/j.1559-1816.2002.tb00240.x>
- Fitz, C. C., Zucker, A. N., & Bay-Cheng, L. Y. (2012). Not all nonlabelers are created equal: Distinguishing between quasi-feminists and neoliberals. *Psychology of Women Quarterly*, 36(3), 274-285. <https://doi.org/10.1177/0361684312451098>

- Furnham, A. (2003). Belief in a just world: Research progress over the past decade. *Personality and individual differences*, 34(5), 795-817. [https://doi.org/10.1016/S0191-8869\(02\)00072-7](https://doi.org/10.1016/S0191-8869(02)00072-7)
- Gabriel, A. C. R., & Modesto, J. G. (2022). "Crime sem vítimas?" Um estudo sobre corrupção, vitimização e crenças no mundo justo. *Revista Psicologia Política*, 22(55), 573-586.
- Glick, P., & Fiske, S. T. (2001). Ambivalent sexism. In M. P. Zanna (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 33, pp. 115-188). Academic Press.
- Grubb, A., & Turner, E. (2012). Attribution of blame in rape cases: A review of the impact of rape myth acceptance, gender role conformity and substance use on victim blaming. *Aggression and Violent Behavior*, 17(5), 443-452. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2012.06.002>
- Hagiwara, N., Alderson, C. J., & McCauley, J. M. (2015). "We get what we deserve": the belief in a just world and its health consequences for Blacks. *Journal of Behavioral Medicine*, 38, 912-921. <https://doi.org/10.1007/s10865-015-9652-3>
- Hope, E. C., & Jagers, R. J. (2014). The role of sociopolitical attitudes and civic education in the civic engagement of black youth. *Journal of Research on Adolescence*, 24(3), 460-470. <https://doi.org/10.1111/jora.12117>
- Jost, J. T., & van der Toorn, J. (2012). System justification theory. In P. A. M. Van Lange, A. W. Kruglanski, & E. T. Higgins (Eds.), *Handbook of theories of social psychology* (pp. 313–343). Sage. <https://doi.org/10.4135/9781446249222.n42>
- Kraus, M. W., Rucker, J. M., & Richeson, J. A. (2017). Americans misperceive racial economic equality. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 114(39), 10324-10331. <https://doi.org/10.1073/pnas.1707719114>
- Lerner, M. J. (1965). Evaluation of performance as a function of performer's reward and attractiveness. *Journal of personality and social psychology*, 1(4), 355. <https://doi.org/10.1037/h0021806>
- Lerner, M. J. (1971). Observers evaluation of a victim: Justice, guilt, and veridical perception. *Journal of Personality and Social Psychology*, 20(2), 127-135. <https://doi.org/10.1037/h0031702>
- Lerner, M. J. (1980). *The belief in a just world* (pp. 9-30). Springer.
- Lerner, M. J., & Simmons, C. H. (1966). Observer's reaction to the "innocent victim": Compassion or rejection? *Journal of Personality and social Psychology*, 4(2), 203. <https://doi.org/10.1037/h0023562>

- Lima, M. E. O., & Vala, J. (2004). As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 9(3), 401-411. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2004000300002>
- Linhares, L. V. (2021). *Blaming the victim of sexual violence: An analysis of the combination of the characteristics of the victim and the observer* (Tese de Doutorado). Repositório Institucional da UFPB.
- Linhares, L. V., Torres, A. R. R., Lucena, A. K. V., & Napolis, N. S. C. (2023). Blaming the black victim: The victim's skin color and belief in a just world. *Trends in psychology*, 31, 1-15. <https://doi.org/10.1007/s43076-021-00134-7>
- Litam, S. D. A., Balkin, R., & Hendricks, L. (2022). Assessing worry, racism, and belief in a just world. *Journal of Counseling & Development*, 100, 75-83. <https://doi.org/10.1002/jcad.12404>
- Modesto, J. G., & Pilati, R. (2017). "Not all victims matter": Belief in a just world, intergroup relations and victim blaming. *Temas em Psicologia*, 25(2), 763-774. <https://doi.org/10.9788/TP2017.2-18Pt>
- Otto, K., & Schmidt, S. (2007). Dealing with stress in the workplace: Compensatory effects of belief in a just world. *European Psychologist*, 12(4), 272-282. <https://doi.org/10.1027/1016-9040.12.4.272>
- Page, M. J., McKenzie J. E., Bossuyt, P. M., Boutron I., Hoffmann, T. C., Mulrow, C. D., Shamseer L., Tetzlaff, J. M., Akl, E. A., Brennan S. E., Chou R., Glanville J., Grimshaw, J. M., Hróbjartsson, A., Lalu M. M., Li, T., Loder E. W., Mayo-Wilson, E., McDonald, S., McGuinness, A. L., . . . Moher, D. (2021). The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. *Systematic Reviews*, 10, 1-11. <https://doi.org/10.1186/s13643-021-01626-4>
- Paiva, T. T., & Pereira, C. R. (2021). O papel da justiça na relação do sexismo e na violência contra mulher. *Revista Interamericana de Psicología*, 55(3), e1591. <https://doi.org/10.30849/ripij.v55i3.1591>
- Rufino, V. M., Torres, T. D. L., & Zambroni-de-Souza, P. C. (2019). Gênero e trabalho na psicologia: revisão sistemática e metanálise qualitativa. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 19(2), 588-597. <https://doi.org/10.17652/rpot/2019.2.15124>
- Sakalli-Uğurlu, N., Yalçın, Z. S., & Glick, P. (2007). Ambivalent sexism, belief in a just world, and empathy as predictors of Turkish students' attitudes toward rape victims. *Sex Roles*, 57, 889-895. <https://doi.org/10.1007/s11199-007-9313-2>

Sousa, Y. S. O. (2021). O uso do *software* Iramuteq: Fundamentos de lexicometria para pesquisas qualitativas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 21(4), 1541-1560. <https://doi.org/10.12957/epp.2021.64034>

Conflito de interesse

Os autores declaram que não há conflitos de interesse.

Disponibilidade dos Dados

Os dados de pesquisa estão disponíveis mediante solicitação com autor correspondente.

Nota sobre autoria

Fernanda Cristina de Oliveira Ramalho Diniz - conceitualização; curadoria de dados; análise formal; aquisição de financiamento; investigação; metodologia; administração de projetos; recursos; programas de computador; validação; visualização; escrita - rascunho original; escrita – revisão e edição.

Luiza Lins - conceitualização; curadoria de dados; análise formal; investigação; metodologia; validação; escrita - revisão e edição.

José Luis Álvaro Estramiana - conceitualização; aquisição de financiamento; metodologia; administração de projetos; recursos; supervisão; validação; visualização; escrita – revisão e edição.

Ana Raquel Rosas Torres - conceitualização; aquisição de financiamento; metodologia; administração de projetos; recursos; supervisão; escrita - revisão e edição.

Nota de agradecimento

Os autores agradecem ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba (PPGPS-UFPB) pelo apoio institucional. O agradecimento estende-se à Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ-PB) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa, incluindo a concessão da bolsa de Doutorado e de Doutorado Sanduíche (PDSE) à primeira autora. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.